ISSN: 2358-8829

PROCESSOS EDUCATIVOS E DESENVOLVIMENTO MORAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NOS CONTEXTOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO SOCIOEDUCATIVA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

José Eduardo de Lima [1]
Ester Alvarenga Barbosa [2]
Filipe Medeiros Wanderley [3]
Izayana Pereira Feitosa [4]

INTRODUÇÃO

A adolescência não constitui uma etapa universal ou homogênea, sendo marcada por condições de classe, raça, gênero e território (SANTOS;XAVIER; NUNES, 2009). Nesse período, o comportamento transgressivo pode fazer parte do processo de aprendizagem dos limites normativos. Entretanto, a qualidade de "infrator" aparece como um rótulo atribuído pelo sistema de controle social, que recai seletivamente sobre aqueles em condições de vulnerabilidade social, transformando carências estruturais em justificativas para a criminalização desses jovens.

A institucionalização pode contribuir para a reincidência e para a construção de trajetórias associadas à criminalidade, em um contexto marcado pelas desigualdades econômicas e sociais, pois essa realidade também reflete a trajetória histórica do atendimento à infância e à adolescência no Brasil, marcada por práticas de controle e institucionalização (ASSUNÇÃO; DUQUE, 2024). Embora o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) estabeleça como finalidades das medidas a responsabilização, a garantia de direitos e a reintegração social, as instituições ainda podem reproduzir práticas disciplinares e de contenção que comprometem sua finalidade educativa, aprofundando processos de exclusão, especialmente entre jovens negros e periféricos.

[1] Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, jose.e.lima@estudante.ufcg.edu.br;
[2] Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, esteralvarenga20@gmail.com;
[3] Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, filipe.wanderley2022@gmail.com;
[4] Doutora pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, izayana.pereira@professor.ufcg.edu.br;

ISSN: 2358-8829

Os processos educativos constituem uma dimensão importante da proposta socioeducativa, pois podem contribuir para o desenvolvimento moral por meio do diálogo, da cooperação, da participação e da reflexão sobre regras e responsabilidades. A partir das contribuições de Piaget e Kohlberg, compreende-se a importância das interações sociais para a construção da autonomia moral, da reciprocidade e do respeito mútuo (CARNEVALLI, 2018). Entretanto, esses processos são atravessados pelas condições sociais e institucionais, uma vez que as exigências de segurança, a disciplina, as restrições de circulação e as condições de escolarização podem interferir nas relações pedagógicas e nas possibilidades de participação dos adolescentes (CUNHA; DAZZANI, 2018).

Nesse sentido, interessa compreender os impactos dos processos educativos desenvolvidos nos contextos de institucionalização e a influência das condições sociais que atravessam a medida. A partir disso, este trabalho se propõe a problematizar criticamente, por meio da revisão da literatura científica existente sobre o tema, a efetividade da institucionalização socioeducativa e sua relação com o desenvolvimento moral de crianças e adolescentes em conflito com a lei. Como objetivos específicos, busca-se identificar as contribuições dos processos educativos para a autonomia moral, examinar como a finalidade educativa das medidas se relacionam com as práticas institucionais, e analisar a influência das condições sociais e institucionais nessas experiências.

Diante desse cenário, os resultados da revisão evidenciaram contradições entre a finalidade educativa e as práticas punitivas da institucionalização, apontando limites ao desenvolvimento moral dos adolescentes e reforçando a necessidade de alternativas comprometidas com a autonomia moral e a garantia de direitos.

METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em uma revisão integrativa da literatura, abordagem que permite reunir e sintetizar conhecimentos produzidos sobre determinado tema, contribuindo para a identificação de resultados, lacunas e perspectivas de pesquisa. A revisão foi orientada pela seguinte pergunta norteadora: Como os processos educativos desenvolvidos em instituições socioeducativas impactam no desenvolvimento moral dos adolescentes? Para a busca dos estudos, foram utilizadas as bases de dados SciELO, Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico, com os descritores “jovens em

conflito com a lei", "adolescentes privados de liberdade", "desenvolvimento moral", "processos socioeducativos" e "instituições socioeducativas".

Foram estabelecidos como critérios de inclusão trabalhos científicos publicados entre 2016 e 2026, em português, que abordassem experiências de adolescentes em instituições socioeducativas brasileiras e apresentassem relação direta ou indireta com a problemática investigada. Foram excluídos os estudos publicados fora desse período, em outros idiomas ou referentes a contextos estrangeiros, além daqueles que não apresentavam relação pertinente com o tema. Ao final da seleção, foram identificados 12 trabalhos. Os estudos selecionados foram organizados em três eixos temáticos com 4 trabalhos cada, sendo eles:

Eixo I. Institucionalização socioeducativa, controle social e finalidade educativa;

Eixo II. Processos educativos nos contextos de institucionalização socioeducativa;

Eixo III. Desenvolvimento moral e socioeducação.

A interpretação dos dados foi orientada por meio da análise temática, buscando identificar aproximações, diferenças e contribuições dos estudos, articulando seus resultados ao referencial teórico, especialmente às discussões sobre desenvolvimento moral e autonomia.

REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento moral envolve a compreensão das regras, a construção da autonomia e a responsabilização dos indivíduos, aspectos discutidos por Piaget e Kohlberg (REGO, 2003) e relacionados às práticas educativas por Carnevalli (2018). Para compreender esse desenvolvimento entre adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, é necessário considerar também as desigualdades sociais, a criminalização da juventude e a trajetória histórica do atendimento à infância e à adolescência no Brasil (SANTOS; XAVIER; NUNES, 2009).

Nas instituições socioeducativas, a proposta de educar e responsabilizar convive com práticas de disciplina e controle que podem limitar as possibilidades educativas (CUNHA; DAZZANI, 2018;). Essa contradição permite problematizar a construção da autonomia moral em espaços marcados por regras e restrições. Nesse sentido, o ECA e o SINASE oferecem fundamentos para pensar uma socioeducação orientada pela

proteção integral, pela garantia de direitos e por formas de responsabilização que ultrapassem a punição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos do primeiro eixo evidenciam contradições entre a proposta de proteção integral e a realidade das instituições socioeducativas. A internação é descrita como uma experiência frequentemente marcada por punição, violência e disciplinamento, enquanto discursos judiciais punitivistas contribuem para a culpabilização dos adolescentes e de suas famílias. Os estudos de Faermann e Nogueira (2017) mostram violações de direitos e a priorização da repressão em detrimento da formação humana. Esses achados sugerem que a finalidade educativa das medidas pode ser comprometida quando o controle institucional se sobrepõe à garantia de direitos.

No segundo eixo, os estudos destacam limites e possibilidades das práticas educativas desenvolvidas nesses espaços. Embora a escolarização possa contribuir para a formação dos adolescentes, sua efetividade é reduzida quando não há condições adequadas de ensino, continuidade dos estudos e políticas de apoio após o cumprimento da medida, como apontado por Cunha e Dazzani (2018). Também são questionados modelos pedagógicos centrados na contenção de comportamentos e no desenvolvimento de competências socioemocionais em detrimento do conhecimento científico. Dessa forma, a educação socioeducativa precisa ultrapassar a adaptação às normas institucionais e assegurar condições para a formação crítica e a participação dos adolescentes.

Quanto ao desenvolvimento moral, os estudos apontam que a responsabilização é quase sempre reduzida à culpa individual e à aplicação de sanções coercitivas. Em contrapartida, Carnevalli (2018) destaca a importância da interação, da cooperação e do respeito mútuo para a construção da autonomia moral de jovens em conflito com a lei. Também são identificadas possibilidades de desenvolvimento moral associadas aos vínculos afetivos e à construção de novos projetos de vida. Além disso, são apontados impactos psicossociais associados à violência institucional, como danos à saúde mental, estigmatização e rupturas afetivas. Esses resultados reforçam a necessidade de distinguir a responsabilização educativa da punição e de considerar as consequências da privação de liberdade para a vida dos adolescentes.

ISSN: 2358-8829

Em conjunto, os estudos permitem questionar a institucionalização como resposta aos atos infracionais. Quando a privação de liberdade reproduz violência, restringe direitos e limita experiências de cooperação e participação, torna-se difícil sustentar que ela favoreça o desenvolvimento moral e a reinserção social. Nesse sentido, mais do que buscar tornar as instituições menos punitivas, é necessário questionar a centralidade do confinamento e fortalecer alternativas em meio aberto, articuladas à educação, à convivência comunitária e à garantia de direitos. Essa perspectiva não desconsidera a responsabilização pelos atos praticados, mas defende que ela seja construída sem reduzir o adolescente à infração cometida ou naturalizar a privação de liberdade como caminho para sua formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão evidenciou contradições entre a finalidade educativa das medidas socioeducativas e práticas institucionais marcadas pela punição, pelo controle e pela violação de direitos. Os estudos analisados sugerem que o desenvolvimento moral dos adolescentes depende de processos educativos que favoreçam o diálogo, a cooperação, o respeito mútuo e a autonomia, aspectos que podem ser comprometidos pela lógica do confinamento. Como contribuição, a pesquisa reforça a importância de práticas socioeducativas comprometidas com a formação humana e a reinserção social. Entretanto, a escassez de literatura científica diretamente relacionada ao tema limitou a abrangência da análise, evidenciando a necessidade de novas pesquisas empíricas que aprofundem a relação entre os processos educativos da socioeducação e o desenvolvimento moral dos adolescentes.

Dessa forma, os resultados desta revisão reforçam a necessidade de superar perspectivas e representações que reduzem os adolescentes em conflito com a lei à condição de infratores e que depositam na reclusão a principal resposta aos atos infracionais. Quando pautada pela punição e pelo afastamento social, a privação de liberdade tende a reproduzir a exclusão e a violência que deveria combater, sem assegurar condições efetivas de reinserção. Afinal, uma sociedade que busca transformar essa realidade precisa ir além da punição e reconhecer nos adolescentes sujeitos de direitos, capazes de construir novas trajetórias e ocupar seu lugar na sociedade de forma autônoma.

Palavras-chave: Socioeducação, Institucionalização, Desenvolvimento moral, Adolescentes em conflito com a lei, Privação de Liberdade.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, B. A. F.; DUQUE, R. C. S. Educação e institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil: uma história de exclusão e transformação social. *In*: ASSUNÇÃO, B. A. F. (org.). **Tendências atuais no sistema prisional brasileiro**. São Paulo: EBPCA - Editora Brasileira de Publicação Científica Aluz, 2024. cap. 4, p. 77-94. DOI: https://doi.org/10.51473/ed.al.tas4.

CARNEVALLI, H. A. S. **Desenvolvimento moral e social de adolescentes em conflito com a lei e a contribuição das medidas socioeducativas**. 2018. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

CUNHA, E. O.; DAZZANI, M. V. M. A escolarização de adolescentes infratores em um contexto de privação de liberdade. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, n. 17, p. 34-43, 2018. DOI: https://doi.org/10.17921/2176-5626.n17p34-43.

FAERMANN, L. A.; NOGUEIRA, R. R. Unidades de atendimento de adolescentes em conflito com a Lei: reflexos da violação dos direitos humanos. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 23-44, 2017. DOI: https://doi.org/10.5433/1679-4842.2017v19n2p23.

REGO, S. Teoria do desenvolvimento moral de Jean Piaget e Lawrence Kohlberg. *In*: REGO, S. **A formação ética dos médicos**: saindo da adolescência com a vida (dos outros) nas mãos. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. p. 75-102. DOI: https://doi.org/10.7476/9788575413241.0005.

SANTOS, M. S.; XAVIER, A. S.; NUNES, A. I. B. L. **Psicologia do desenvolvimento**: teorias e temas contemporâneos. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2009. 213 p. (Série Formar). ISBN 978-85-98843-79-7.